

INTEGRAÇÃO SUBORDINADA OU EMANCIPAÇÃO SUSTENTADA? O CHOQUE ENTRE DOIS MODELOS DE EXPLORAÇÃO DA BIOMASSA NO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

André Silva Pomponet¹

RESUMO

O semi-árido da Bahia sempre teve baixo dinamismo econômico e elevados índices de pobreza. Essa situação favorece práticas políticas arcaicas, como o assistencialismo, que contribuem para o atraso da região. O plantio de oleaginosas para a produção de biodiesel surge como uma oportunidade de romper as estruturas sociais retrógradas e alavancar uma atividade econômica sustentável. O sucesso da proposta, porém, depende da forma como os produtores familiares serão incorporados à cadeia produtiva: se de forma subordinada, como meros revendedores de sementes ou como agentes dotados de iniciativa para desenvolver ações cooperativas que lhes permitam atuar também nas etapas de beneficiamento da matéria-prima.

Palavras-chave: semi-árido, biodiesel, agricultura familiar, cooperativismo.

ABSTRACT

The *Semi-árido region* always had low economic dynamism and high poverty indicators. This situation favors archaic political practices, like grants exchanging ones, that contributes for the underdevelopment of the region. The culture of oleaginous for the production of biodiesel arises as an opportunity to breach the retrograde social structures and to set out a sustainable economic activity. The success of the proposal, however, depends on the ways the familiar producers will be incorporated to the productive chain: if in a subordinated form, as mere seeds vendors or as agents endowed with initiative enough to develop cooperative actions that allow them to also act in the stages of improvement of the raw material.

Word-key: *Semi-árido*, biodiesel, familiar agriculture, cooperativism.

1 Economista/UEFS e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

E-mail: andrepomponet@hotmail.com

Artigo aprovado para o XIII Encontro Nacional de Economia Política e para o X Encuentro de Economistas da América Latina com modificações

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INTRODUÇÃO

O semi-árido baiano sempre permaneceu à margem do processo de desenvolvimento do estado. Inicialmente utilizada apenas como rota de passagem nas incursões de bandeirantes, a região aos poucos desenvolveu uma pecuária extensiva articulada às atividades primário-exportadoras. Em caráter complementar, mantinham-se cultivos de subsistência e o plantio de uns poucos produtos que em alguns períodos foram exportados. Esse baixo dinamismo atravessou centenas de anos e alcançou o século XX.

Ainda hoje os pequenos municípios do semi-árido são fortemente dependentes dos repasses governamentais, de políticas de transferência de renda e de aposentadorias e pensões. Essa debilidade econômica se traduz em pobreza endêmica que torna parcela expressiva da população dependente de pequenos favores políticos. A pobreza, o assistencialismo e as práticas políticas arcaicas permanecem como traços marcantes da região, não só nas cidades menores.

Contudo, o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) traz perspectivas promissoras para a região. Embora, naturalmente, não vá representar a solução definitiva para problemas seculares, a proposta pode resultar em geração de emprego e renda, redução da pobreza e impulsionar a superação dessa cultura política retrógrada, o que poderia se traduzir na consolidação de uma base social para o efetivo desenvolvimento do semi-árido. Mas para isso é necessário conceder maior incentivo a iniciativas dos agricultores familiares, fortalecendo as práticas cooperativas e o espírito associativo.

O objetivo do presente artigo é justamente discutir os dois modelos que se desenham para a cadeia do biodiesel: o que atrela os produtores familiares às grandes empresas e o que fortalece as práticas cooperativas e concede maior autonomia. Para essa discussão, resgata-se na seção seguinte a evolução econômica do semi-árido, com seus desdobramentos políticos e sociais. Adiante traça-se o panorama atual da região e os obstáculos presentes. Em seguida, discorre-se sobre a evolução do uso da biomassa como matriz energética para se mergulhar, logo depois, na discussão sobre a cadeia dos biocombustíveis e os dois modelos produtivos que se delineiam. Por fim, arremata-se com algumas considerações.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO SEMI-ÁRIDO

O semi-árido baiano permaneceu durante muito tempo à margem do processo de ocupação do território do estado. Inicialmente, o colonizador português dedicou-se à extração do pau-brasil. Depois de superados os obstáculos iniciais à fixação dos primeiros núcleos de povoamento, se consolida no entorno da Baía de Todos os Santos o plantio de cana para a produção do açúcar. Ambas as atividades apresentam semelhanças: localizam-se nos estreitos limites do litoral e são voltadas para a satisfação da demanda dos mercados europeus. Pouco atraente a qualquer atividade econômica, o semi-árido permanecia abandonado.

A partir do século XVI os bandeirantes iniciam incursões com o propósito de encontrar metais preciosos no interior, embora de início não tenham se fixado na região (ILPES, 198?). A descoberta de ouro no século XVIII, todavia, aviva o Ciclo da Mineração e as expedições se intensificam, muitas delas partindo da Baía de Todos os Santos para se estabelecer nos atuais estados de Minas Gerais e de Goiás. Apesar de boa parte das zonas de mineração se concentrar no território mineiro, na Bahia foi encontrado ouro em Rio de Contas, Jacobina, Araçuaí e Tucumbira (TAVARES, 1974) embora não nas proporções almejadas pelos colonizadores.

O trânsito dos bandeirantes e, posteriormente, o surgimento de povoações no entorno dos locais de extração de metais preciosos produziram efeitos sobre o semi-árido baiano. O principal foi o surgimento de criatórios extensivos de gado, voltados para abastecer os núcleos urbanos que surgiram nas zonas de mineração e a indústria açucareira do litoral que, mesmo perdendo importância relativa, permanecia como atividade econômica hegemônica no Nordeste. Prado Júnior (2004) e Furtado (1964) apontam que da Bahia se irradiou a pecuária extensiva que alcançou o Piauí, o Maranhão e regiões do Ceará e do atual Tocantins.

A pecuária bovina, porém, foi seriamente limitada pela crônica escassez de água. Para conviver com as restrições edafoclimáticas, a solução adotada foi o emprego de animais mais adaptados às dificuldades do clima, o uso de largas extensões de terra para a criação e o surgimento de núcleos urbanos próximos aos poucos rios perenes (PRADO JÚNIOR,

2004). Essa pecuária, que sobrevivia com dificuldade e que se desarticulava nos períodos de estiagens mais prolongadas, é a origem da civilização do semi-árido.

Essa civilização do semi-árido, em função das peculiaridades apontadas, assumiu feição diversa dos demais processos de povoamento do território brasileiro. Um traço marcante é que os núcleos urbanos eram escassos e pouco densos. Num espaço em que a pecuária bovina, limitada pelas restrições apontadas acima, era a principal atividade econômica e o cultivo de subsistência constituía-se, em muitos casos, na única alternativa de sobrevivência da população, era óbvio que os habitantes tendiam a dispersar-se, por evidente estratégia de sobrevivência.

Em meados do século XIX o semi-árido ainda permanecia praticamente restrito à pecuária bovina. As demais atividades primário-exportadoras continuavam concentrando-se na larga faixa litorânea. É o caso do fumo no Recôncavo (onde destacavam-se Cachoeira, São Félix, São Gonçalo dos Campos e Cruz das Almas), do café nos vales do Jiquiriçá e Jaguaripe (SAMPAIO, 1925) e do cacau no eixo Ilhéus-Itabuna. No sertão prosperava o cultivo do algodão, que experimentou um efêmero ciclo exportador e a já citada pecuária bovina, que ofertava o couro exportado pela Bahia. A atividade consolidara-se na região serrana do Sudoeste e nas imediações dos rios Jacuípe e Paraguaçu, embora as secas constituíssem um embaraço constante (IDEM, 1925).

O baixo dinamismo econômico do semi-árido baiano, naturalmente, se refletiu sobre a estrutura social. Como se disse acima, a expansão da pecuária bovina em direção aos sertões não foi acompanhada pelo correspondente adensamento dos fluxos populacionais. O relativo isolamento geográfico, a restrita atividade econômica – que contrastava com o litoral mais urbano e dinâmico –, o já mencionado povoamento escasso e a urbanização frágil contribuíram para a emergência de um fenômeno social que marcou a história da região a partir de meados do século XIX e produziu efeitos duradouros presentes em todo o século XX: o coronelismo e o fortalecimento das oligarquias. A Proclamação da República e a vigência da concertação política conhecida como “República Velha”, que se estendeu de 1889 a 1930, marcam o apogeu do sistema coronelista.

Numa região em que as atividades produtivas são incapazes de gerar excedentes econômicos substanciais, o domínio sobre o máquina do Estado constitui a mais adequada estratégia para a manutenção do poder político. Essa luta se dava entre oligarquias, constituídas pelo patriarca, normalmente detentor de cargo público (era o “coronel”, embora nem sempre detivesse patente militar), a família deste (sempre abastada) e os agregados. As oligarquias duelavam pelo domínio da máquina do Estado em um ou mais municípios (esta influência dependia da força de cada grupo) e buscavam respaldo junto aos governantes estaduais. Esse respaldo, por sua vez, dependia da garantia de votos para os grupos políticos que brigavam pelo controle do Estado. O rompimento desse equilíbrio implicava em novas concertações que, com frequência, alijavam do poder os grupos oligarcas interioranos.

O reflexo desse emaranhado político sobre o semi-árido é que os governantes estaduais não se envolviam com as questões locais, desde que lhes fossem assegurados os votos necessários a cada eleição. Assim se constituiu a lógica oligárquica e coronelista, em que pequenos favores, potencializados pela penúria na qual vivia a população, sempre foram priorizados em detrimento de ações de maior envergadura que resultassem em perspectivas de desenvolvimento e, portanto, do rompimento dos laços oligárquicos.

As transformações políticas posteriores a 1930 pouco contribuíram para mudar essas práticas enraizadas. Uma das principais razões é o ainda hoje baixo nível de atividade econômica na região, o que contribuiu para a perpetuação da pobreza ao longo de quase oito décadas. Outro fator é que entre 1930 – quando Getúlio Vargas ascendeu à presidência da República encerrando a “República Velha” - e 1985, quando acabou a Ditadura Militar, portanto 55 anos, o Brasil experimentou somente 19 anos de democracia, entre 1945 e 1964, ainda assim abalada pela morte de Getúlio Vargas, pela renúncia de Jânio Quadros e pela turbulenta gestão João Goulart, que culminou com a quartelada de 1º de abril de 1964.

O semi-árido baiano que emerge então é uma região habitada por população extremamente pobre, suscetível ao flagelo da seca, fortemente dependente das ações assistenciais do Estado e cuja frágil economia – principalmente nas cidades menores – é movida pelos repasses governamentais, pelos poucos empregos públicos disponíveis (notadamente em prefeituras), além das aposentadorias e pensões que foram impulsionadas pela legislação

que se seguiu à Constituição de 1988. A herança oligárquica e as práticas coronelistas, todavia, se perpetuaram por inércia numa sociedade cujas transformações se dão lentamente. Assim, permanecem presentes o assistencialismo, a concessão de pequenos favores e o domínio da máquina pública (ainda que disputada através do voto) com o favorecimento de apadrinhados políticos e a presença da corrupção, conforme se noticia com muita frequência.

Práticas políticas retrógradas, como as descritas acima, conduzem a resultados desastrosos em regiões atrasadas. É o caso do semi-árido baiano. A próxima seção descreverá de forma breve esse cenário.

O SEMI-ÁRIDO DOS DIAS ATUAIS

O semi-árido nordestino possui extensão estimada em um milhão de quilômetros quadrados. A vegetação da região é conhecida como caatinga, composta por árvore pequenas e espinhosas e por plantas de folhas grossas. As temperaturas médias são elevadas, normalmente oscilando entre 23°C e 27°C e as precipitações pluviométricas são baixas, quase sempre inferiores a 800mm anuais. A insolação média anual está em torno de 2.800 horas e a umidade fica em torno de 50% (MONTEIRO, 2007). Daí a caracterização da região como quente e seca. Oito estados do Nordeste (à exceção do Maranhão), mais o norte de Minas Gerais, têm pelo menos parte do seu território com características de semi-árido.

Outro aspecto marcante é a irregularidade do regime pluviométrico. Quase sempre as chuvas se distribuem ao longo de quatro meses do ano, entre fevereiro e maio, havendo precipitação mínima nos demais períodos. Não é raro, porém, estiagens prolongadas serem sucedidas por chuvas em volume bastante superior às médias históricas (IDEM, 2007). As incertezas climáticas são responsáveis pelas secas constantes, que desarranjam a estrutura produtiva, comprometendo as safras, dizimando os rebanhos e reforçando a dependência dos repasses governamentais, como as tradicionais “frentes-de-trabalho”.

Esse conjunto de características é facilmente observável em relação à Bahia. Cerca de 69% do território do estado (ou 387 mil quilômetros quadrados) está no semi-árido, abrigando

6,5 milhões de habitantes distribuídos entre 259 municípios (POMPONET, 2007a). Considere-se, todavia, que tais dimensões implicam em grande diversidade. Existem algumas cidades com população maior e existência de múltiplas atividades produtivas, como Feira de Santana (onde um comércio intenso coexiste com empreendimentos industriais de vulto), Juazeiro (com um exitoso pólo de fruticultura irrigada) e Vitória da Conquista (que combina comércio, serviços e pecuária bovina), mas na imensa maioria dos casos a população é reduzida e a economia resume-se a agricultura de baixa produtividade, poucas unidades industriais e comércio e serviços pouco dinâmicos.

Nas cidades menores estão os piores indicadores sociais da Bahia, mesmo com os avanços verificados ao longo das últimas duas décadas, resultantes dos esforços de universalização de políticas públicas de saúde e educação, previstas na Constituição de 1988. A pobreza é o problema mais crônico, decorrente do baixo dinamismo econômico: em 2000, 69% dos moradores estava nessa situação, embora nove anos antes o quadro fosse ainda mais dramático, pois alcançava 81% dos moradores. Os números são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos nos censos populacionais. Basicamente dois fatores explicam a situação: o desemprego elevado (13% da população economicamente ativa) e a alarmante informalidade (84% dos trabalhadores não desfrutavam de direitos elementares previstos na Consolidação das Leis do Trabalho).

Tantas dificuldades, obviamente, se traduzem em maior dependência do governo. Em 2000, por exemplo, 21% da renda dos habitantes da região se deviam a programas de transferência de renda dos governos. Entre os 20% mais pobres, as transferências correspondiam a mais de 50% da renda (IDEM, 2007a). À época, as pensões e aposentadorias rurais eram os principais benefícios, previstos na Carta Magna de 1988. Programas mais focalizados, como o Vale-Gás, o Bolsa-Escola e o Bolsa-Renda começavam a ser implementados, mas alcançavam parcela reduzida da população. A partir de 2003, com a ascensão de Lula à presidência da República, os programas sociais do governo anterior foram unificados no Bolsa Família e ampliados, o que tem contribuído para amenizar os problemas sociais da região.

No entanto, o principal desafio persiste: o baixo dinamismo econômico associado à quase ausência de atrativos para os investidores. Como complicador adicional, há a precária

infra-estrutura da região. Nos últimos anos, o que houve de novidade foi o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que trouxe alguma perspectiva para o semi-árido, o que começa a ser discutido na seção seguinte.

A EVOLUÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

No dia 6 de dezembro de 2004 foi oficialmente lançado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O PNPB é fruto dos esforços de um Grupo de Trabalho Interministerial, criado em julho de 2003, com a finalidade de analisar a viabilidade da produção e do uso de biodiesel no Brasil (ACCARINI, 2006). O grupo concluiu que os biocombustíveis são uma alternativa interessante para o país e, no relatório final, apontou algumas vantagens: a promoção da inclusão social, mobilizando agricultores familiares e engajando-os na cadeia produtiva do biodiesel, a redução das disparidades regionais, a diminuição da demanda pelo petróleo, que é um recurso finito e o fortalecimento das fontes renováveis na matriz energética brasileira, além das evidentes vantagens ambientais, como a redução da emissão de gases poluentes, muito comuns no uso de combustíveis fósseis (IDEM, 2006, p. 52).

Só que a busca pelo uso de fontes energéticas renováveis no Brasil não começou aí. Tampouco a promessa de promover a inclusão social através da produção de biomassa. A primeira tentativa se deu na década de 70, com os dois choques do petróleo que elevaram drasticamente os preços do produto nos mercados internacionais. Como o Brasil vivia o seu “Milagre Econômico”, com crescimento acelerado, fazia-se necessário substituir o combustível, basicamente importado, por alternativas energéticas produzidas internamente. Essa estratégia apresentava duas vantagens: reduzia a dependência do mercado externo, o que economizava divisas, e evitava grande redução no ritmo de crescimento.

Assim nasceu a idéia da utilização da biomassa como alternativa energética no Brasil. Em 1975, quando o presidente Ernesto Geisel visitou o Centro Tecnológico da Aeronáutica e conheceu as experiências conduzidas com o etanol, produto derivado da cana-de-açúcar, decidiu-se pela utilização do álcool combustível (POMPONET, 2007b). Seis anos depois, em 1981, 30% dos veículos produzidos no Brasil eram movidos a álcool. O ápice

aconteceu em 1986, quando o percentual saltou para 96% (PAIXÃO, 2007). A partir de então surgiram enormes percalços. Um deles foi o desempenho dos motores movidos a álcool, que não satisfazia os motoristas brasileiros. Outro problema foi a acomodação dos preços do petróleo no mercado mundial, em função da redução das tensões no Oriente Médio, além dos investimentos brasileiros no setor petrolífero terem maturado, encaminhando o país na direção da auto-suficiência. Houve também a elevação dos preços internacionais do açúcar, cuja produção se tornou mais interessante e desencorajou muitos produtores de álcool. Por fim, a “Crise da Dívida” esgotou as possibilidades de financiamento do Estado, o que tinha contribuído para o sucesso do programa nos anos anteriores (IDEM, 2007).

Um dos argumentos apresentados na criação do Proálcool pelo Governo Geisel foi a possibilidade de promover inclusão social, incorporando agricultores familiares à cadeia produtiva do etanol. A promessa, porém, não tinha amparo na realidade: a monocultura canavieira sempre for praticada em grandes extensões de terra, pertencentes a oligarquias tradicionais do Nordeste, desde os primórdios da colonização. Quando foi suplantada pelos produtores paulistas, já no século XX, repetia-se a lógica: os plantadores eram grandes empresários e os espaços mobilizados para o plantio eram, normalmente, muito extensos e envolviam substanciais inversões de capital. Os agricultores familiares, nesse cenário, não dispunham de meios de competir e não tinham, por consequência, como se beneficiar do *boom* do álcool.

Depois de quase 20 anos de esquecimento, o uso da biomassa para a produção de energia volta à tona no Brasil. À consciência de que os combustíveis fósseis são finitos e, portanto, vão se esgotar nos próximos anos, soma-se a necessidade de desenvolver alternativas energéticas ambientalmente mais limpas, condizentes com o chamado desenvolvimento sustentável, que se incorporou à agenda dos países a partir dos anos 1990 (ACCARINI, 2006). O imperativo do uso de fontes energéticas não poluentes tornou-se maior com a divulgação de inúmeros trabalhos científicos que apontam para a elevação da temperatura da terra, o conhecido aquecimento global, que em parte se deve à emissão de gases poluentes na atmosfera com a queima de combustíveis fósseis.

A vigência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, porém, tem sido marcada por inúmeras controvérsias. Uma delas, recorrente, é se há disponibilidade de terras suficiente para o plantio de oleaginosas, sem provocar pressões sobre a oferta de alimentos. Técnicos do governo reiteradamente negam esse risco. Outro questionamento refere-se a impactos sobre o meio ambiente, pois a extensão dos cultivos pode resultar em redução da vegetação nativa, principalmente no semi-árido, cujo ecossistema apresenta fragilidades. No âmbito social a dúvida é se o envolvimento dos agricultores familiares não pode convertê-los em pequenos monocultores de oleaginosas, integrando-os de forma subordinada à cadeia produtiva e tornando-os demasiado dependentes do sistema.

Nesse âmbito, porém, o grande questionamento parece ser o modelo a ser adotado na cadeia produtiva do biodiesel. O tradicional reporta-se muito ao sistema primário-exportador, reservando aos agricultores familiares a mera função de plantadores que repassam as sementes *in natura* a grandes empresas dedicadas ao beneficiamento, que é a etapa lucrativa do processo. Já o modelo mais moderno e socialmente mais inclusivo baseia-se em atividades associativas e na cooperação, integrando os agricultores familiares ao beneficiamento e ampliando a participação nos lucros.

Esses dois modelos serão discutidos na seção seguinte, que se aprofunda no PNPB e na legislação relacionada ao tema.

MODELOS DA CADEIA DO BIODIESEL

A legislação que instituiu o PNPB prevê, inicialmente, duas etapas para a adição do óleo vegetal ao combustível mineral vendido no país. Desde janeiro de 2008, passou a ser obrigatória a adição de 2% de óleo vegetal ao diesel vendido (mistura conhecida como B2). A partir de 2013, esse percentual de adição saltará para 5% (ou B5). A Medida Provisória que regula o setor possibilita aos interessados antecipar a mistura e o decreto 5.448, de 20 de maio de 2005, permite o uso de óleo vegetal puro (B100) em geradores, locomotivas, embarcações e frotas veiculares cativas. A Agência Nacional do Petróleo, rebatizada como Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, é o órgão responsável pela regulação e fiscalização dos biocombustíveis (ACCARINI, 2006).

O principal incentivo para a adesão dos empresários à produção e utilização dos biocombustíveis é de natureza fiscal. É o que consta na Lei 11.116, de 18 de maio de 2005, que estabelece a incidência de tributos federais diferenciados por região, matéria-prima oleaginosa e porte do agricultor. O modelo tributário adotado implica em oferecer incentivos fiscais maiores aos empresários que se comprometam em adquirir matéria-prima de produtores familiares (IDEM, 2006). Há também uma clara opção pela mamona e pela palma, pois são essas as oleaginosas que contam com incentivos maiores. Quem adquirir mamona de produtores familiares nas regiões Norte, Nordeste e semi-árida, poderá ter isenção total (100%) em três tributos federais: IPI, CIDE, PIS/Pasep e Cofins. Quem o fizer da agricultura familiar em outras regiões do país, terá redução menor de Cofins, de até 68%. Já quem adquirir oleaginosas de produtores do semi-árido e das regiões Norte e Nordeste, que não sejam agricultores familiares, terá redução máxima da Cofins de 32%.

Accarini (2006) observa que o acesso a esses benefícios tributários, porém, está condicionado à obtenção de um certificado (o Selo Combustível Social), emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A concessão desse selo obedece aos seguintes critérios: pelo menos 10% da matéria-prima empregada pelos produtores nas regiões Norte e Centro-Oeste deve ser adquirida junto a agricultores familiares; 30% nas regiões Sul e Sudeste; no Nordeste, esse percentual salta para 50%. Há também a determinação para a celebração de contratos com produtores familiares, estabelecendo prazos e condições de entrega da matéria-prima, com a contrapartida da oferta de assistência técnica.

Quem adquirir 100% da matéria-prima junto a agricultores familiares terá isenção de 100% em tributos federais. A redução da isenção é gradativa, chegando a 50% para quem adquirir 50% da matéria-prima empregada desses agricultores, no caso do Nordeste. Outro atrativo é que os produtores que detenham o Selo Combustível Social poderão ter investimentos financiados em até 90% com recursos do BNDES e do Pronaf. O percentual dos demais produtores é reduzido para 80% (ACCARINI, 2006). Como medida complementar para incentivar a utilização do biodiesel, o governo vem promovendo leilões do produto, com o propósito de desenvolver o mercado e alavancar investimentos.

Parece evidente que a legislação que regulamenta o mercado do biodiesel tem o claro propósito de favorecer os agricultores pobres, principalmente os que residem no semi-árido

do Nordeste. A pobreza no Brasil é mais acentuada nessa região, principalmente entre os residentes nas áreas rurais. Tentar erradicar a pobreza incorporando à esfera produtiva os agricultores familiares, aproveitando a vocação econômica natural dessa mão-de-obra, que é a agricultura, sem dúvida representa um avanço em relação ao que já foi tentado para promover o desenvolvimento. Contudo, o problema deve ser melhor analisado incorporando elementos qualitativos.

A questão é que os resultados iniciais não apresentam perspectivas muito animadoras para os produtores familiares. Em meados de 2007, por exemplo, dos 720 bilhões de litros de óleo vegetal previstos para serem adicionados ao diesel para a produção do B2 em 2008, somente 31% tinham sido entregues. O problema foi a escassez de matéria-prima (DANTAS; NAKAGAWA, 2007). E ao contrário do que inicialmente projetava o governo, a soja é a oleaginosa mais utilizada na produção, com contribuição da mamona e do dendê inferiores a 3%. A participação da agricultura familiar na atividade oscila entre 24% e 36%, não havendo consenso em relação ao percentual entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Minas e Energia (IDEM, 2007).

Mesmo com o pouco tempo de vigência oficial do programa, alguns problemas antigos enfrentados pelo semi-árido já são visíveis. Em 2007, o Nordeste brasileiro foi afetado por uma forte estiagem, que comprometeu boa parte dos cultivos, principalmente dos agricultores familiares. Somente na Bahia, 90 dos 417 municípios tiveram o estado de emergência reconhecido pelo governo do estado, o que significou a necessidade de distribuição de cestas básicas (BAHIA tem..., 2007). Em relação ao plantio de oleaginosas, o desdobramento natural é a quebra da safra e a oferta reduzida do produto, o que se reflete sobre a cadeia produtiva.

Outro problema do qual se queixam os empresários são as dificuldades logísticas para promover a mistura entre os óleos vegetal e mineral. Essa dificuldade inclui a precariedade da conservação da infra-estrutura viária e a pouca densidade desta na região semi-árida é um problema antigo na Bahia, que inclusive contribui para retardar o desenvolvimento da região (ILPES, 198?). Considere-se, adicionalmente, que a agricultura familiar é muito dispersa no território do estado, exigindo maiores investimentos na conservação viária, sob o risco de tornar o escoamento da produção oneroso, reduzindo a competitividade.

Apesar das dificuldades, em reunião no final do ano passado com o presidente Lula, empresários do setor reivindicaram o aumento do percentual da mistura para 3%, já a partir do segundo semestre de 2008, o que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, prometeu estudar (DANTAS; NAKAGAWA, 2007). No mesmo evento os produtores questionaram a capacidade dos agricultores familiares de atender a demanda do mercado, embora os contratos para produção tenham sido firmados como determina a legislação do setor (IDEM, 2007).

A situação indica que há um descompasso na cadeia produtiva do biodiesel. De um lado estão as grandes unidades beneficiadoras das oleaginosas, incluindo a estatal Petrobras e grupos estrangeiros já instalados ou interessados na produção do biocombustível. Do outro lado estão milhares de produtores familiares dispersos no território e que se debatem com várias dificuldades, como escassez de crédito, precária infra-estrutura logística e limitados conhecimentos técnicos. Amarrando os dois universos está a legislação, que vincula o êxito do programa à inclusão dos pequenos agricultores, ofertando benefícios tributários que, caso não fossem concedidos, certamente tornariam a alternativa menos atraente para os investidores de maior porte. Essa situação é mais dramática no Nordeste, onde a legislação impõe maior articulação entre os grandes produtores e agricultores familiares.

Talvez no médio prazo se constate que outras alternativas devem ser tentadas, principalmente para favorecer os produtores familiares, que constituem o principal foco do programa. Sinalização nesse sentido foi dada pelo deputado federal José Aparecido de Oliveira (PV-MG), que apresentou o Projeto de Lei 303/2007, que institui o Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas (PNBC). A finalidade é permitir às cooperativas de trabalhadores a produção e comercialização do álcool etílico e de biocombustíveis, inclusive para postos e consumidores finais, desde que atendam às especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A proposta mantém a isenção total de tributos federais, prevê a possibilidade de obtenção de financiamento junto a instituições de crédito como o BNDES e estabelece que as cooperativas só poderão entrar em funcionamento mediante autorização prévia da ANP.

Na justificativa do projeto o parlamentar mineiro observa a necessidade de políticas específicas para estimular o cooperativismo e o associativismo, o que é previsto inclusive no artigo 174 da Constituição Federal de 1988. E esclarece que, caso o biocombustível possa ser vendido sem precisar de mistura com um combustível mineral, as cooperativas possam fazê-lo sem recorrer a uma empresa distribuidora. Outro raciocínio é que o cooperativismo na produção do óleo vegetal pode ser fortemente impulsionado pela Petrobras, que é uma empresa estatal.

O caminho apontado pelo parlamentar parece ser o mais adequado, pelo menos para os camponeses pobres. Mesmo que os agricultores não possam vender o óleo diretamente ao consumidor final, o ideal é que se possa promover algum beneficiamento, ao invés de se firmar um contrato com empresas privadas e repassar apenas a semente *in natura*, com baixíssimo valor agregado. Essa alternativa conserva a lógica econômica perversa presente há séculos, reduz a remuneração dos plantadores e os mantém dependentes, impedindo o salutar desenvolvimento de uma cultura cooperativa e, por natureza, emancipatória. Já a comercialização do óleo vegetal implica em maior valor agregado ao produto – o que significa maior rendimento para o agricultor – e, adicionalmente, este ainda detém em seu poder o resíduo do esmagamento das sementes, que pode ser utilizado para gerar co-produtos, como tortas e farelos, empregados na alimentação animal ou usados na fertilização do solo. Assim, deter esse resíduo pode representar fonte de renda adicional.

Deve-se ter claro, porém, que a biomassa é uma alternativa energética complementar aos combustíveis fósseis e jamais os substituirá integralmente, sendo necessário o desenvolvimento de outra matriz, incluindo a fusão a frio e o hidrogênio líquido (POMPONET, 2007b). Portanto, não tem fundamento a crença de que o plantio de oleaginosas é uma solução permanente para o problema da pobreza no semi-árido nordestino, nem que produzirá inclusão social de forma linear. Esse fato é constatável principalmente dentro do modelo vigente, que reserva aos agricultores familiares apenas a opção de uma integração subordinada, com a mera função de plantar as sementes que serão revendidas *in natura* para as empresas produtoras do biodiesel, sem grande agregação de valor e com remuneração condicionada a uma estrutura monopsônica, em que o acesso ao lucro é monitorado pelos grandes empreendimentos responsáveis pelo beneficiamento.

Na análise da questão, todavia, é recomendável se pensar que a sustentabilidade econômica da cadeia do biodiesel no semi-árido, combinada ao fortalecimento do espírito cooperativo e empreendedor dos agricultores familiares, pode representar uma ruptura definitiva no padrão político arcaico vigente há muito tempo, cujas características foram apontadas anteriormente. Essa ruptura poderá implicar no florescimento de uma cultura produtiva moderna, suplantando a penúria que alimenta práticas viciadas como o assistencialismo, o favorecimento político e a perpetuação de estruturas oligárquicas, modificadas pelas transformações recentes na sociedade, mas ainda existentes, alimentadas pela pobreza endêmica.

Só que o surgimento dessa nova cultura vai depender muito do modelo adotado. A cadeia do biodiesel, embora ofereça perspectivas de geração de emprego e renda, com prováveis impactos sobre a redução da pobreza, estimula muito pouco a iniciativa coletiva dos agricultores familiares, através do cooperativismo. Parece evidente que o baixo estímulo à independência implica em ritmo mais lento nas transformações sociais. Essa menor velocidade, por inércia, resultará em redução menos acelerada da pobreza, o que se refletirá em desenvolvimento mais vagaroso do semi-árido. Seria uma espécie de “evolução conservadora” da sociedade, visto que os avanços são freados pela pouca disposição em romper os históricos padrões culturais vigentes, que contribuem para o atraso.

O oposto desse quadro seria uma ruptura emancipatória, que estimulasse a iniciativa dos produtores familiares. O resultado seria um ciclo virtuoso que combinaria rendimentos crescentes com desenvolvimento social, minando o assistencialismo que assegura sobrevivência às oligarquias e ao coronelismo pós-moderno. Esses resultados são facilmente previsíveis, pois a iniciativa alimentada pelo espírito cooperativo pode implicar em renda maior (decorrente do beneficiamento de sementes e da geração de co-produtos), fortalecimento das ações coletivas e conseqüente redução da pobreza e da dependência de ações assistencialistas. Por fim, a articulação desse ciclo virtuoso resultaria na consolidação de bases sociais para o desenvolvimento sustentável do semi-árido baiano.

Conforme já dito, seria ingênuo imaginar que o plantio de oleaginosas para a produção do biodiesel, por si só, representará a redenção do semi-árido, castigado por séculos de

pobreza e de práticas políticas espúrias. Mas está nas mãos do governo a possibilidade de gerar a centelha que pode deflagrar a ruptura com o atraso da região. Para tanto, basta fortalecer a iniciativa dos produtores familiares em ações cooperativas para a produção do óleo vegetal. Uma decisão do gênero, a propósito, não implica em excluir a iniciativa dos grandes empreendedores, já que há um grande potencial para a expansão do mercado do segmento.

Para solucionar o dilema é só buscar o equilíbrio entre as duas categorias de produtores, corrigindo os problemas notados na etapa inicial do PNPB, que entrou em vigor em janeiro de 2008. Não é sempre que uma região atrasada como o semi-árido baiano concilia perspectivas de desenvolvimento econômico sustentável numa atividade que envolve agricultores familiares com a possibilidade de consolidar um grande salto na esfera social, suplantando práticas políticas retrógradas. Além de considerar a dimensão econômica, convém ao governo atentar para esse detalhe relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o atraso secular do semi-árido baiano não depende apenas dos fatores sociais, como se evidenciou em seção acima. Só que a ruptura definitiva com a estrutura oligárquica e com o assistencialismo, que se alimenta da pobreza e da carência da população da região, principalmente a residente nas zonas rurais, exige o estímulo e o apoio a ações cooperativas e associativas.

O PNPB tem o inegável mérito de se esforçar para incluir os agricultores familiares à cadeia produtiva do biodiesel, favorecendo a redução da pobreza e a geração de emprego e renda. Os percalços iniciais do programa, todavia, apontam para a necessidade de correções, entre as quais está uma atenção maior às iniciativas que alimentem uma maior independência dos produtores familiares. A integração entre grandes produtores e produtores familiares não aparenta apresentar simetria nesses meses iniciais da vigência da obrigatoriedade do B2.

Esses reparos não reduzem os méritos da iniciativa do governo, inédita em termos de preocupação em incorporar agricultores familiares do semi-árido à esfera produtiva, aproveitando a vocação natural da mão-de-obra local. Só que a região está entre as mais pobres do Brasil e ostenta vergonhosos indicadores sociais, sem contar as já exaustivamente citadas práticas políticas retrógradas.

Assim, urgem iniciativas que alimentem o desenvolvimento do semi-árido. Com uma herança tão pesada de atraso, toda ação parece lenta, mesmo que com evidentes boas intenções.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. Biodiesel no Brasil: estágio atual e perspectivas. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v.16, n.1, p.51-63, jun. 2006.

BAHIA tem 90 cidades em estado de emergência. **Agência Folha**. Salvador, 25 set. 2007. Disponível em: <<http://www.1folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95n331450.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2007.

BRASIL. Projeto de Lei 303/2007. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas (PNBC). Comissão de Minas e Energia. Brasília, 2007. Disponível em: <http://200.252.8.171/sites/5700/5770/2007_1437_Dep%5B1%5D.JoseFernandoalterado.pdf> Acesso em: 05 nov. 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964. 292p.

ILPES (Santiago); BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. **Diagnóstico do desenvolvimento regional e da organização do espaço no Estado da Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 198?. 164 p. Convênio ILPES/SEPLANTEC.

MONTEIRO, Joyce Maria G. **Plantio de Oleaginosas por agricultores familiares do semi-árido nordestino para a produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência e Planejamento Estratégico). Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NAKAGAWA, Fernando; DANTAS, Iuri. Brasil fica sem biodiesel previsto para 2008. **Folha de São Paulo**. Brasília, 07 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u334560.shtml>> Acesso em 08 nov. 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAIXÃO, Marcelo. **O Proálcool enquanto uma política energética alternativa: uma resenha crítica**. Disponível em: <<http://www.brasilsustentavel.org.br/textos/texto7.rtf>> Acesso em: 08 ago. 2007.

POMPONET, André. Importância da logística no desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido baiano. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 153, p. 16-20, fev. 2007a.

_____POMPONET, André. Desenvolvimento e inclusão: o Brasil indo além do “ciclo dos biocombustíveis”. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador, n. 156, p.28-33, jul/set. 2007b.

SAMPAIO, Theodoro. **O Estado da Bahia**. 1ª ed. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. 71 p.

TAVARES, Luís Henrique. **História da Bahia**. 2ª ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974. 257 p.

[!\[Creative Commons License\]\(http://i.creativecommons.org/l/by-nc/2.5/br/88x31.png\)](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/)
xmlns:dc="http://purl.org/dc/elements/1.1/" href="http://purl.org/dc/dcmitype/Text" property="dc:title" rel="dc:type">INTEGRAÇÃO SUBORDINADA OU EMANCIPAÇÃO SUSTENTADA? O CHOQUE ENTRE DOIS MODELOS DE EXPLORAÇÃO DA BIOMASSA NO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA by André Silva Pomponet is licensed under a [Creative Commons Atribuição-Usa Não-Comercial 2.5 Brasil License.](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)